



## Bibliotema

### Portugal no contexto das regras orçamentais europeias

*"Sound public finances are at the core of European Monetary Union. Fiscal discipline contributes to maintaining an economic environment in which monetary policy can effectively pursue price stability."* (Brunila et al, 2001)

#### 1. A evolução das regras orçamentais europeias

A infraestrutura orçamental no âmbito da União Económica e Monetária tem registado ao longo das últimas décadas uma evolução assinalável. Em 1992, a assinatura do Tratado de Maastricht fixou os critérios orçamentais a respeitar pelos países na adesão à moeda única: um défice orçamental inferior ou igual a 3 por cento do PIB e um rácio da dívida pública no PIB que não excedesse 60 por cento. Estes critérios foram, em 1997, desenvolvidos com a adoção do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), que visava a restrição dos níveis do défice e da dívida pública mas permitindo margem para a função estabilizadora da política orçamental em cada Estado-Membro.

O PEC foi estruturado em dois "braços": o "braço preventivo", para os países cuja evolução orçamental é compatível com o respeito dos limites definidos, e o "braço corretivo", que se aplica aos países em que os desenvolvimentos orçamentais levaram à ultrapassagem desses limites. Assim, a legislação que esteve na base da versão inicial do PEC tinha efetivamente um duplo objetivo: estabelecer os mecanismos para reforço da supervisão das situações orçamentais e da coordenação das políticas económicas dos diferentes Estados-Membros no braço preventivo e clarificar a implementação do procedimento dos défices excessivos (PDE) no braço corretivo.



A adoção de um conjunto de regras orçamentais por um conjunto de estados soberanos representou uma evolução sem precedentes ao nível da Europa mas, inevitavelmente, diversos desafios surgiram na sua implementação prática. A primeira alteração ao PEC ocorreu em 2005 e envolveu alterações ao nível quer do braço preventivo, quer do braço corretivo. Uma das principais alterações referiu-se ao requisito horizontal de se alcançar uma situação orçamental próxima do equilíbrio ou em excedente em termos nominais, não suficientemente especificado na versão

## Índice

Bibliotema •  
Portugal no contexto das  
regras orçamentais  
europeias | 1 · 6

Destaques | 7

Novos recursos  
de informação | 8 · 10

Análise de recursos  
eletrónicos | 11

Conversas na Biblioteca | 12

inicial do PEC, que foi substituído por um objetivo específico a cada país – objetivo de médio prazo (OMP)<sup>1</sup> – definido em termos do saldo estrutural<sup>2</sup>. Assim, a legislação passou a indicar a dimensão da correção do saldo estrutural para os países no braço preventivo que ainda não tivessem atingido o OMP ou para os que se encontrassem em situação de déficit excessivo.

A recente crise económica e financeira voltou a tornar evidentes algumas das vulnerabilidades do quadro institucional da União Europeia, incluindo nos vários mecanismos de supervisão multilateral. Em consequência, para além dos desenvolvimentos ao nível da União Bancária, o PEC foi revisto pela segunda vez em 2011 através de legislação conhecida como *Six Pack*. Estes textos legais reforçaram o braço preventivo ao imporem um limite para o crescimento da despesa, como complemento à variação do saldo estrutural no âmbito da convergência para o OMP. Ao nível do braço corretivo procurou-se operacionalizar o critério da dívida. Em termos de sanções para os Estados-Membros participantes, assistiu-se a um reforço, antecipação e extensão ao braço preventivo. Adicionalmente foram estabelecidas regras específicas relativas às características dos quadros orçamentais dos Estados-Membros, em particular relativas ao estabelecimento de Conselhos de Finanças Públicas. Por último, instituiu-se um mecanismo de alerta para identificar os desequilíbrios macroeconómicos e criou-se um procedimento específico para correção nos casos em que estes são considerados excessivos<sup>3</sup>.

Em março de 2012, 25 países da União Europeia<sup>4</sup> assinaram o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária (TECG) que contém o *Fiscal Compact*. A implementação do *Six Pack* e do *Fiscal Compact* decorre em paralelo. Em maio de 2013 foram publicados dois textos legais adicionais (conhecidos como *Two Pack*) que visavam o reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros da área do euro afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira e o estabelecimento de disposições comuns para o acompanhamento e a avaliação das propostas de orçamentos e para a correção do déficit excessivo dos Estados-Membros da área do euro. No início de 2015, a Comissão divulgou uma comunicação sobre o uso da flexibilidade no contexto das atuais regras do Pacto, definindo orientações específicas relativas às condições excecionais decorrentes de despesa em investimento público, implementação de reformas estruturais e condições cíclicas adversas. Por último, no final de 2016 foram aprovadas duas opiniões do Comité Económico e Financeiro que resultaram de um processo de discussão visando melhorar a transparência e previsibilidade das regras do PEC através da redução da sua complexidade, no âmbito da legislação existente.

A evolução verificada no quadro da supervisão multilateral orçamental ao nível da União Europeia foi, no essencial, adequada para promover finanças públicas sãs e sustentáveis nos diversos Estados-Membros. A definição de um OMP, a adaptação às condições cíclicas, as condições excecionais no caso de reformas estruturais e despesas de investimento, a introdução de regras para a dívida e a despesa, são apenas alguns exemplos de desenvolvimentos positivos. No entanto, o grau de complexidade do atual conjunto de regras é muito elevado, dificultando a sua compreensão por parte dos diferentes agentes económicos e os processos de tomada de decisão, quer a nível nacional, quer no contexto europeu.

<sup>1</sup> Em inglês, *Medium Term Objective* (MTO).

<sup>2</sup> Saldo orçamental corrigido pelos efeitos do ciclo económico e pelo impacto de medidas temporárias.

<sup>3</sup> Em inglês, *Macroeconomic Imbalance Procedure* (MIP).

<sup>4</sup> Todos com exceção da República Checa e do Reino Unido. O Tratado entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013 para os 16 Estados-Membros que completaram a sua ratificação até esta data.

## 2. O caso português: desenvolvimentos passados

Em 2002, Portugal foi o primeiro Estado-Membro a ser sujeito a um PDE desde a entrada em vigor do PEC. A recomendação emitida na altura estabelecia 2003 como o ano limite para a correção da situação de défice excessivo. Em 2002 e 2003 os défices notificados situaram-se abaixo do valor de referência de 3 por cento do PIB, tendo permitido o encerramento do PDE em maio de 2004.

Portugal foi sujeito pela segunda vez a um PDE em 2005, tendo recebido a recomendação de corrigir a situação do défice excessivo até 2008 de forma credível e sustentável. Em 2006, a Comissão considerou que as recomendações estavam a ser cumpridas e no decorrer de 2008, com base nos resultados orçamentais de 2007, o procedimento foi encerrado com sucesso, um ano antes do limite estabelecido.

Portugal encontra-se atualmente sujeito a outro PDE, iniciado em dezembro de 2009. O prazo limite para a correção do défice excessivo foi inicialmente definido para 2013. Em 2012 e 2013, a Comissão e o Conselho consideraram que Portugal tinha tomado ação efetiva, apesar dos objetivos orçamentais não terem sido atingidos. Nesse sentido, de acordo com as regras estipuladas, o prazo para a correção da situação de défice excessivo foi prolongado em cada uma das apreciações (para 2014 inicialmente e posteriormente para 2015), tendo esta decisão sido justificada pela existência de condições económicas adversas com consequências desfavoráveis para as contas públicas. Uma vez que os resultados orçamentais de 2015 ficaram aquém do recomendado, em particular devido ao impacto do apoio ao sistema financeiro, o Conselho adotou em julho de 2016 a recomendação da Comissão que determinou que Portugal não tomou ação efetiva de forma a corrigir o défice excessivo no prazo proposto. No âmbito dos mecanismos do PDE, o Conselho decidiu não aplicar nenhuma multa a Portugal e adiou o prazo de correção do défice excessivo para 2016. Adicionalmente, foi recomendada a Portugal uma redução do défice para 2,5 por cento do PIB em 2016, o que seria consistente com uma estabilização do saldo estrutural. Os resultados orçamentais de 2016 conhecidos até ao momento parecem apontar para o cumprimento destes requisitos.

## 3. O caso português: perspetivas para o futuro

No atual contexto, interessa apresentar quais as regras que se aplicam aos diferentes países no braço preventivo do PEC, tendo também em perspetiva o caso português. De acordo com as Previsões do Inverno da Comissão Europeia, o saldo estrutural previsto para Portugal em 2017 situa-se em -2,2 por cento do PIB, significativamente aquém do excedente estrutural de 0,25 por cento do PIB correspondente ao OMP. No âmbito do braço preventivo, um Estado-Membro que ainda não tenha atingido o OMP deverá adotar medidas que permitam uma trajetória de convergência para esse objetivo ao longo dos anos seguintes. Atualmente, o ajustamento anual do saldo estrutural depende das condições cíclicas da economia – medidas pelo crescimento do PIB real e pelo hiato do produto –, do rácio da dívida e do risco de insustentabilidade, tal como apresentado no quadro 1. Uma vez que em Portugal o hiato do produto se encontra atualmente no intervalo considerado de “tempos normais” e o valor da dívida pública é muito superior a 60 por cento do PIB, o ajustamento do saldo estrutural em cada ano deverá ser superior a 0,5 por cento do PIB, o que explica o valor de 0,6 por cento do PIB para 2017 incluído na última recomendação do Conselho a Portugal.

Quadro 1

Ajustamento anual do saldo estrutural para o OMP no âmbito do braço preventivo do Pacto

	Condição	Ajustamento orçamental anual requerido (p.p. do PIB)	
		Dívida < 60% e ausência de risco de sustentabilidade	Dívida > 60% ou existência de risco de sustentabilidade
Tempos excepcionalmente maus	Var. PIB real < 0% ou hiato do produto < -4%	Não é necessário ajustamento	
Tempos muito maus	-4% ≤ hiato do produto < -3%	0	0,25
Tempos maus	-3% ≤ hiato do produto < -1,5%	0 se o crescimento está abaixo do potencial, 0,25 se está acima	0,25 se o crescimento está abaixo do potencial, 0,5 se está acima
Tempos normais	-1,5% ≤ hiato do produto < 1,5%	0,5	> 0,5
Tempos bons	hiato do produto ≥ 1,5%	> 0,5 se o crescimento está abaixo do potencial, ≥ 0,75 se está acima	≥ 0,75 se o crescimento está abaixo do potencial, ≥ 1 se está acima

Fonte: Comissão Europeia.

Dado o processo de negociação a nível europeu terminado em dezembro passado, é de antecipar que a regra da despesa no âmbito do braço preventivo venha a conquistar relevo. Esta regra exige o cálculo da taxa de variação anual de um agregado de despesa pública modificado, definida em termos reais. Este agregado de despesa parte da despesa total das administrações públicas mas exclui as despesas em juros, a componente cíclica dos subsídios de desemprego, o impacto de medidas discricionárias do lado da receita e alisa o montante de investimento público considerando o valor médio dos últimos três anos. Em termos gerais, a variação máxima permitida para este agregado de despesa depende da taxa de variação média (a 10 anos, centrada) do PIB potencial e do ajustamento requerido para o saldo estrutural. De acordo com o documento de apreciação do OE2017 pela Comissão Europeia, este agregado de despesa deveria cair 1,4 por cento em Portugal em 2017.

Por último, um país no braço preventivo deverá ainda cumprir a regra da dívida. Nesta dimensão, um Estado-Membro está em incumprimento se o respetivo rácio da dívida pública for superior a 60 por cento do PIB e não estiver a convergir para o valor de referência a um ritmo satisfatório. A trajetória adequada pressupõe que o diferencial do rácio da dívida em relação ao limite tenha diminuído ao longo dos três anos anteriores a uma taxa média de 1/20 por ano. O critério da dívida entrou em vigor com a restante legislação do *Six Pack*, em novembro de 2011, mas a sua aplicação tem sido muito limitada. Para os Estados-Membros em PDE foi concedido um período de transição de três anos após a correção desta situação. Durante esse período, os Estados-Membros deverão realizar um ajustamento estrutural linear mínimo que garanta que o critério da dívida seja cumprido no final da transição.

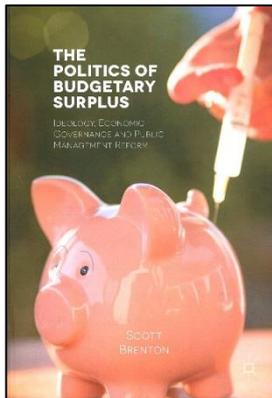
Em suma, a prossecução de uma política orçamental responsável que garanta a sustentabilidade das finanças públicas é crucial para assegurar um quadro macroeconómico estável, promotor do crescimento económico no longo prazo. Neste contexto, a importância do cumprimento das regras orçamentais definidas no âmbito europeu é inequívoca.

## Bibliotema • Destaques

BRENTON, Scott

### The politics of budgetary surplus

London: Palgrave Macmillan, 2016. 198 p.  
ISBN 978-1-137-58596-7



Através da análise do processo orçamental em diversos países, o autor procura discutir alternativas à utilização de regras orçamentais destinadas a controlar as finanças públicas e a manter excedentes orçamentais.

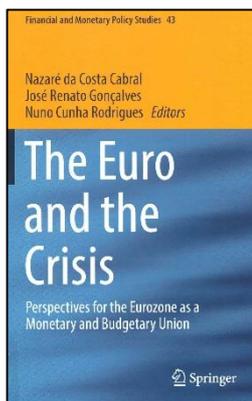
Contrastando economias de mercado mais liberal com outras de pendor mais coordenado e social, analisa de forma crítica a eficiência dessas regras quando adotadas tanto por governos à esquerda ou à direita do espectro político e discute as razões por detrás dessas opções políticas.

Brenton descreve ainda os diferentes tipos de regras orçamentais, desde acordos entre os principais partidos políticos e a definição genérica de objetivos orçamentais a outros tipos de regras mais estritas e vinculativas. No contexto do objetivo de alcançar excedentes orçamentais, detalha os tipos de cortes na despesa necessárias, concluindo com uma análise das consequências dessas políticas, em especial no contexto da crise financeira global.

CABRAL, Nazaré da Costa;  
GONÇALVES, José Renato

### The Euro and the crisis: perspectives for the Eurozone as a monetary and budgetary union

Cham: Springer, 2017. 366 p.  
ISBN 978-3-319-45709-3



Dividido em 4 partes principais, este livro agrega vários artigos escritos por diferentes personalidades de renome na área económica, política e financeira.

Tal como o título indica, neste livro encontramos uma análise aos efeitos recentes da crise económica e financeira no Euro e na União Económica e Monetária (UEM). No entanto, esta obra não tem como objetivo único descrever os efeitos da crise mas sim avaliar possíveis soluções, assim como incluir também uma reflexão sobre as reformas necessárias à UEM.

Dada a variedade de autores que encontramos nesta obra, reúnem-se aqui análises com diversas perspetivas, quer sejam económicas, políticas ou fiscais. É assim possível obter uma visão multifacetada dos diferentes assuntos abordados ao longo do livro, tais como política monetária, política orçamental, zona monetária ótima ou união bancária, entre muitos outros tópicos.

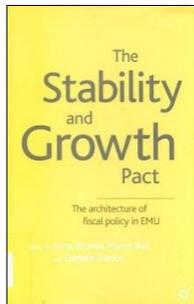
# Bibliotema • Lista bibliográfica seleccionada

## Livros

BRUNILA, Anne, ED.LIT.; BUTI, Marco, ED.LIT.; e outro

The stability and growth pact: the architecture of fiscal policy in EMU

BASINGSTOKE: PALGRAVE, 2001. 439 p.  
ISBN 0-333-96145-5



COTTARELLI, Carlo; GUERGUIL, Martine

Designing a European Fiscal Union: lessons from the experience of fiscal federations

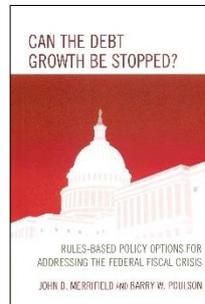
London: Routledge, 2014. 261 p.  
ISBN: 978-1-138-78322-5



MERRIFIELD, John D.; POULSON, Barry W.

Can the debt growth be stopped? Rules-based policy options for addressing the Federal fiscal crises

London: Lexington Books, 2016. 189 p.  
ISBN 978-1-4985-1809-3



THILLAYE, Renaud

Can the EU spend better? An EU budget for crises and sustainability

London: Rowman and Littlefield International, 2016. 108 p.  
ISBN 978-1-78660-284-8



## Artigos e documentos de trabalho

ALLEMAND, Frédéric

La dette en partage. Quelques réflexions juridiques sur le traitement de la dette publique en droit de l'Union Européenne

Cahiers de Droit Européen, 2015, n. 1, p. 235-292

AMADOR, João; CUNHA, Jorge Correia

Regras orçamentais na UE: algumas linhas de orientação para a sua reforma

Boletim Económico. Lisboa: Banco de Portugal, Dezembro 2004, p. 31-51

BANCO DE PORTUGAL

Tema em destaque: As regras orçamentais europeias e o cálculo dos saldos estruturais

Boletim Económico. Lisboa: Banco de Portugal, Outubro 2015, p. 87-108

BANCO DE PORTUGAL

Caixa: O braço corretivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento e a sua aplicação a Portugal

Boletim Económico. Lisboa: Banco de Portugal, Outubro 2016, p. 45-47

BOUTHEVILLAIN, Carine; DUFRÉNOT, Gilles

Fiscal policies enhancing growth in Europe: can we apply common remedies to different countries?

IN: Fiscal Policy and Growth. Roma: Banca D'Italia, 2013, p.587-612

EUROPEAN COMMISSION

Vade Mecum on the Stability and Growth Pact

European Economy, March 2016 (Institutional Paper 21)

EUROPEAN COMMISSION

Report on public finances in EMU

European Economy, December 2016 (Institutional Paper 45)

FINCKE, Bettina; WOLSKI, Marcin

Are European fiscal rules that bad? Discretionary fiscal policies in new member states

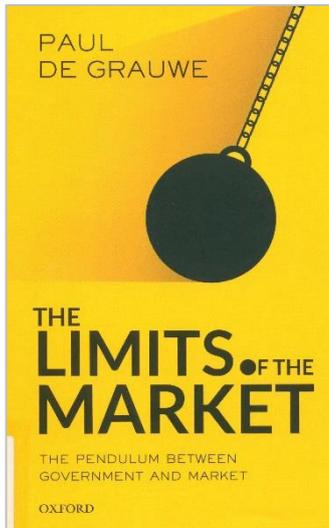
Empirical Economics, September 2016, v.51, n. 2, p. 517-546

SEYAD, Sideek M.

A legal analysis of the control of national budgets by the EU institutions

Journal of International Banking Law and Regulation, v. 30, n. 5, p. 251-260

## Novidades • Destaques



DE GRAUWE, Paul

### [The limits of the market: the pendulum between government and market](#)

Oxford : Oxford University Press, 2017. 160 p.  
ISBN 978-0-19-878428-9

A discussão em torno do grau de intervenção do estado na economia é uma das mais debatidas da ciência económica, oscilando entre a defesa da liberalização total dos mecanismos de mercado e o controlo total da economia por parte do estado.

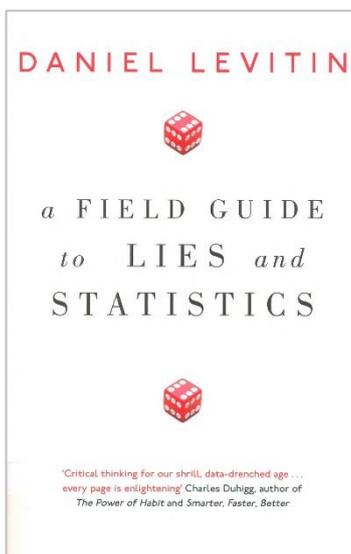
No entanto, nenhum dos dois modelos conseguiu, nas suas versões mais extremas, produzir uma prosperidade sustentada e equitativa. Daí decorre que terá sempre de existir em algum grau, estado e mercado, sendo o verdadeiro desafio encontrar o *mix* ótimo entre ambos que maximiza essa prosperidade.

Esse tão almejado equilíbrio é por sua vez apresentado como um processo dinâmico, e por vezes mesmo destrutivo em que, tal como um pêndulo em movimento, oscila entre

ambos os extremos, umas vezes com uma maior preponderância do mercado, outras em favor de uma maior intervenção do estado em que a inversão dessa tendência coincidiria precisamente com pontos de disrupção, tais como choques e crises globais.

Nesse contexto o autor questiona se não estaremos precisamente no limiar de um desses pontos, caracterizado pela crise financeira e pelo aumento das desigualdades dos rendimentos e da riqueza, o que constituiria uma inversão da tendência recente, dominada por uma maior liberalização dos mercados.

Evitando o debate ideológico, De Grauwe procura de uma forma pragmática responder a questões de fundo tão pertinentes como qual a importância que o estado e o mercado deverão ter na economia, quais os limites de ambos e como se processará essa dinâmica no futuro caso a tendência dos últimos anos venha a ser invertida.



LEVITIN, Daniel

### [A field guide to lies and statistics](#)

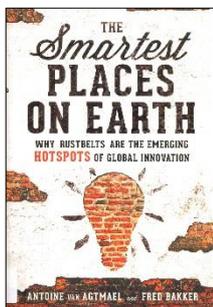
Penguin Books, 2016. 292 p.  
ISBN 978-0-241-23999-5

Num mundo em que a informação cresce exponencialmente em volume e complexidade, também a manipulação de dados e argumentos se torna um fenómeno cada vez mais comum.

Essa desinformação, embora seja uma estratégia usada desde sempre, prolifera hoje de uma forma descontrolada, em especial na Internet, propagando-se a alta velocidade através das mais diversas redes sociais, juntamente com informação real e fidedigna, tornando difícil para os seus utilizadores discernir qual é qual.

É neste contexto que o pensamento crítico assume especial importância ao dotar-nos das ferramentas essenciais para avaliar o rigor da informação. Daniel Levitin aborda não só a forma como as estatísticas e gráficos podem ser manipulados mas analisa também como melhor avaliar notícias, argumentos e relatórios através da aplicação da lógica e do método científico, ferramentas essenciais para determinar se algo é falso ou verdadeiro.

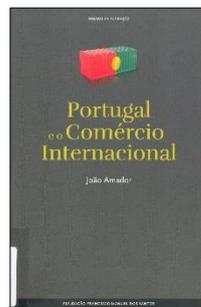
# Novos recursos de informação



AGTMAEL, Antoine van;  
BAKKER, Fred

The smartest places on earth: why rustbelts are the emerging hotspots of global innovation

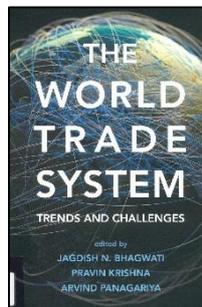
New York: PublicAffairs, 2016. 308p.  
ISBN 978-1-61039-435-2



AMADOR, João

Portugal e o comércio internacional

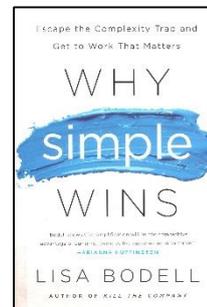
Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017. 113p.  
ISBN 978-989-8838-83-4



BHAGWATI, Jagdish N.;  
KRISHNA, Pravin

The world trade system: trends and challenges

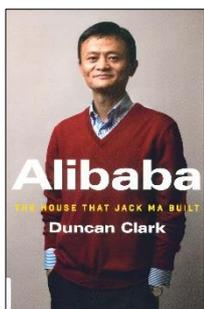
Cambridge, Mass.: MIT Press, 2016  
ISBN 978-0-262-03523-1



BODELL, Lisa

Why simple wins: escape the complexity trap and get to work that matters

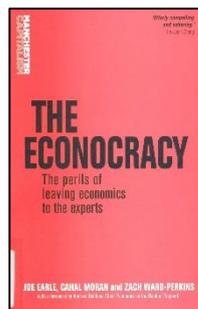
Brookline: Bibliomotion, 2017.  
ISBN 978-1-62956-129-5



CLARK, Duncan

Alibaba: the house that Jack Ma built

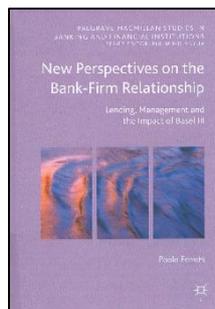
New York: Ecco, 2016. 287p.  
ISBN 978-0-06-241340-6



EARLE, Joe ; MORAN, Cahal

The econocracy: the perils of leaving economics to the experts

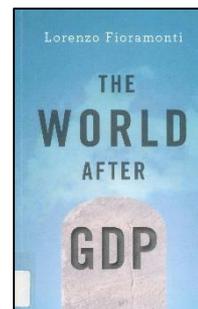
Manchester: Manchester University Press, 2017  
ISBN 978-1-5261-1013-8



FERRETTI, Paola

New perspectives on the bank-firm relationship: lending, management and the impact of Basel III

Chippenham: Palgrave Macmillan, 2016. 184p.  
ISBN 978-3-319-40330-7

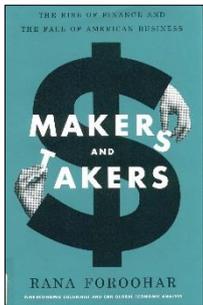


FIORAMONTI, Lorenzo

The world after GDP: economics, politics and international relations in the post-growth era

Cambridge: Polity Press, 2017  
ISBN 978-1-5095-1135-8

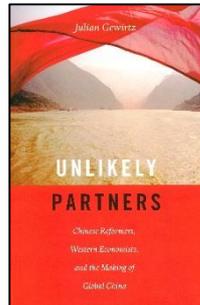
# Novos recursos de informação



FOROOHAR, Rana

Makers and takers: the rise of finance and the fall of American business

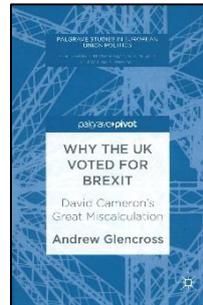
New York: Crown Business, 2016. 388p.  
ISBN 978-0-553-44723-1



GEWIRTZ, Julian

Unlikely partners: Chinese reforms, Western economists, and the making of global China

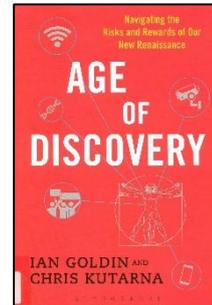
Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2017. 388p.  
ISBN 978-0-674-97113-4



GLENCROSS, Andrew

Why the UK voted for Brexit: David Cameron's great miscalculation

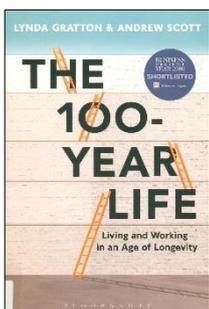
London: Palgrave Macmillan, 2016. 84p.  
ISBN 978-1-137-59000-8



GOLDIN, Ian; KUTARNA, Chris

Age of discovery: navigating the risks and rewards of our new renaissance

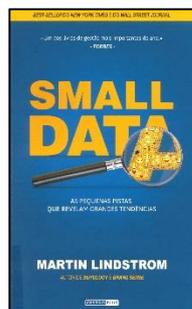
London: Bloomsbury, 2016. 312p.  
ISBN 978-1-4729-3637-0



GRATTON, Lynda; SCOTT, Andrew

The 100-year life: living and working in an age of longevity

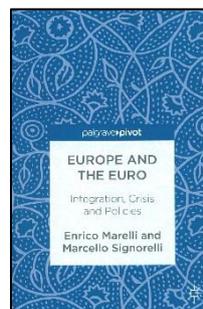
London: Bloomsbury, 2016  
ISBN 978-1-4729-3015-6



LINDSTROM, Martin

Small data: as pequenas pistas que revelam grandes tendências

Lisboa: Gestão Plus, 2017. 276p.  
ISBN 978-989-8820-12-9



MARELLI, Enrico; SIGNORELLI, Marcello

Europe and the Euro: integration, crisis and policies

Cham: Palgrave Macmillan, 2017. 182p.  
ISBN 978-3-319-45728-4

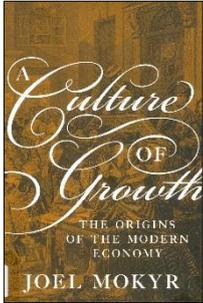


MCDOWELL, DANIEL

Brother, can you spare a billion? The United States, the IMF, and the international lender of last resort

New York: Oxford University Press, 2017. 224p.  
ISBN 978-0-19-060576-6

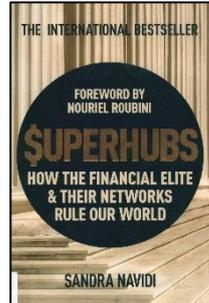
# Novos recursos de informação



MOKYR, Joel

A culture of growth: the origins of the modern economy

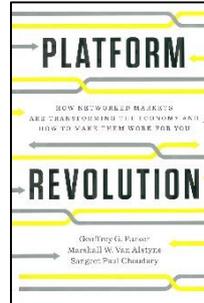
Princeton: Princeton University Press, 2017. 403p.  
ISBN 978-0-691-16888-3



NAVIDI, Sandra

Superhubs: how the financial elite and their networks rule our world

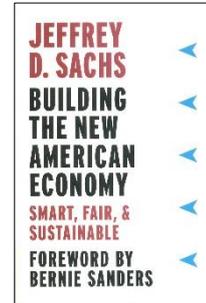
Boston: Nicholas Brealey Publishing, 2017. 289p.  
ISBN 978-1-857-88664-1



PARKER, Geoffrey G.; ALSTYNE, Marshall W. van

Platform revolution: how networked markets are transforming the economy - and how to make them work for you

New York: W. W. Norton, 2016  
ISBN 978-0-393-24913-2



SACHS, Jeffrey D.

Building the new American economy: smart, fair, and sustainable

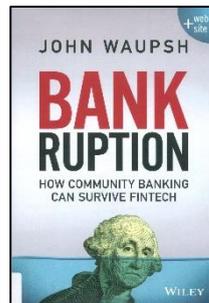
New York: Columbia University Press, 2017  
ISBN 978-0-231-18404-5



SUTHERLAND, Jeff

Scrum: a arte de fazer o bom do trabalho em metade do tempo

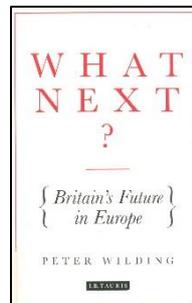
Alfragide: Lua de Papel, 2016. 231p.  
ISBN 978-989-23-3593-3



WAUPSH, John

Bankruptcy: how community banking can survive Fintech

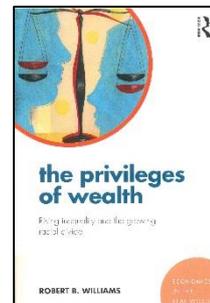
Hoboken: Wiley, 2017. 291p.  
ISBN 978-1-119-27385-1



WILDING, Peter

What next? Britain's future in Europe

London: I. B. Tauris, 2017. 121p.  
ISBN 978-1-78453-759-3



WILLIAMS, Robert B.

The privileges of wealth: rising inequality and the growing racial divide

Abingdon: Routledge, 2017. 207p.  
ISBN 978-1-138-22750-7

# Análise de recursos eletrônicos

## The National Bureau of Economic Research

A atividade desenvolvida no NBER coloca-o como uma instituição de referência no campo da investigação em economia, assente essencialmente através da divulgação dos seus documentos de trabalho e na autoridade de 26 laureados com o prémio nobel que podem ser contados como tendo contribuído com a sua investigação.

Fundado em 1920, o NBER assume-se como uma entidade privada, sem fins lucrativos e não partidária, dedicada à investigação em economia e à sua disseminação pela comunidade académica, decisores políticos e gestores,

the NATIONAL BUREAU of ECONOMIC RESEARCH

com um enfoque nos Estados Unidos mas ainda assim com um forte pendor global.

Na página do NBER é ainda possível a consulta de toda a investigação produzida, especialmente no âmbito da coleção de documentos de trabalho (*Working Paper Series*), que se encontra organizada em diversos programas, como economia monetária, flutuações económicas e crescimento, macroeconomia e finanças internacionais, economia do ambiente e da energia, economia pública, organização industrial, entre outras. É também

possível explorar a coleção de *Working Papers* através do código JEL correspondente, ou usar o motor de pesquisa para o efeito.

O NBER também conduz uma atividade editorial, cuja produção pode ser consultada *online*, desde os anos 20, sendo possível o download de capítulos individuais de muitas das publicações. Em termos de divulgação da investigação produzida, seria ainda de destacar o NBER Digest que, de uma forma acessível e não técnica, apresenta uma seleção de documentos de trabalho.

## Brookings Institution

<https://www.brookings.edu/>

Fundado em 1916, o já centenário Brookings Institution é um dos mais influentes e conceituados centros de investigação e *think tank* norte americano.

Tem como missão conduzir e promover a investigação nos campos da economia, administração pública e ciências políticas e sociais que impulsionem novas ideias com vista à resolução de problemas que afetam a sociedade ao nível local, nacional e global.

Para tal reúne mais de 300 especialistas do mundo académico e administração pública, de todo o mundo, que levam a cabo uma investigação independente e reconhecida em diversos campos, desde a economia às mudanças climáticas, da administração pública ao desenvolvimento económico, da economia global aos problemas relacionados com o desenvolvimento urbano.

A investigação produzida encontra-se facilmente acessível na sua página, organizada através de tópicos ou pesquisável através de um simples interface. Os *papers* apresentados na sua mais relevante conferência na área

BROOKINGS

económica, a “Brookings Conference on Economic Activity”, realizada duas vezes por ano, e publicados no “Brookings Paper on Economic Activity (BPEA)” estão também disponíveis online.

É ainda possível consultar os índices e primeiros capítulos das suas publicações (Brookings Institution Press) e seguir a sua atividade através das redes sociais via *twitter*, no seu *blog* ou através da subscrição de alertas.

## Conversas na Biblioteca

### Professor António Portugal Duarte na Biblioteca do Museu do Dinheiro

No passado dia 16 de março, a Biblioteca do Museu do Dinheiro acolheu a 3ª edição da iniciativa “Conversas na Biblioteca” que teve como convidado especial o Professor António Portugal Duarte.

O Professor, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e doutorado em Economia, iniciou a sua atividade profissional como auditor, tendo também exercido funções na área financeira do Teatro Académico de Gil Vicente. Com uma vasta experiência internacional, consubstanciada com participações em

diversos seminários e publicações de referência, foi Professor Visitante em Bratislava, Belgrado e Londres.

Esta Conversa teve como pano de fundo o livro “O Sistema Monetário Internacional” no qual o Professor aborda um pouco da história da moeda desde o padrão-ouro, até à zona euro, destacando alguns exemplos de como o homem usou a moeda para tirar proveito das relações económicas internacionais.

O tom cativante da exposição e o interesse das matérias abordadas despertaram a curiosidade do público, que desafiou o convidado a navegar entre

temáticas tão diversas como os sistemas cambiais, a integração monetária europeia ou o fenómeno *bitcoin*.

Periodicamente, este espaço continuará a ser animado com conversas intimistas com escritores, historiadores e artistas de outras áreas do panorama português, fazendo a ponte para o Museu e as suas temáticas e permitindo-nos conversar na Biblioteca do Museu com algumas das figuras que inspiram a cultura portuguesa.



Subjacente ao conceito de Sistema Monetário Internacional está a ideia de equilíbrio e moeda padrão. Conhecer a sua origem, evolução e regras de funcionamento confunde-se com a história da moeda e de alguns metais preciosos nos últimos 200 anos.

Desde o padrão-ouro, até à zona euro, passando por Bretton Woods, a moeda apresentou-se como instrumento de troca, reserva de valor e meio de pagamento, mas também como símbolo nacional e elemento de hegemonia internacional.

### Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à Internet

### Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

Entrada livre

De 2.ª a 6.ª feira

9h00 – 16h00

(entrada até às 15h00)

T +351 213 130 626

F + 351 213 128 116

[biblioteca@bportugal.pt](mailto:biblioteca@bportugal.pt)